

O Movimento de Esquerda Socialista e a luta anti-colonial



O M.E.S. tem como objectivo favorecer a conquista do poder político pelos trabalhadores, condição prévia para a construção duma sociedade sem classes. A luta por esse objectivo adquiriu uma nova dimensão e maiores possibilidades de se desenvolver com o movimento de 25 de Abril e a queda do fascismo. Mas, para que essa luta seja consequente, impõe-se que seja articulada com a luta dos trabalhadores que noutros países se batem também por uma sociedade onde não exista a exploração do homem pelo homem.

É nesta perspectiva internacionalista das lutas de libertação que se situa a luta anti-colonial do M.E.S.. Dela decorrem as posições que serão assumidas em face dos problemas concretos com que se debate o nosso país no processo de descolonização, processo esse que só terminará com a extirpação de todos os laços de natureza colonial e de todas as formas de dominação nas relações entre Portugal e os povos africanos.

Por isso, essa descolonização não poderá encerrar-se no âmbito restrito das relações bilaterais metrópole-colónias. Ela tem de ser enquadrada no contexto das relações internacionais que a envolvem, marcado por uma forte presença do imperialismo em África, tanto na África Austral - com formas de dominação política directas - como em muitos países africanos através de formas neo-colonialistas, isto é, de uma subordinação económica à estratégia do capitalismo internacional, através de burguesias nacionais altamente dependentes do exterior. As lutas contra o colonialismo inserem-se assim numa luta de classes à escala mundial.

Daí que na análise e na actuação anti-colonial do M.E.S. se dê relevo à convergência dos interesses e das lutas dos trabalhadores portugueses com os dos povos africanos que têm sido dominados pelo nosso país e explorados pelas suas classes dominantes, em associação e na dependência cada vez mais estreitas do capitalismo internacional.

1. A GUERRA COLONIAL E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO TIVERAM PAPEL DECISIVO NO AGRAYAMENTO DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO PORTUGUÊS E NO DERRUBE DO REGIME FASCISTA EM PORTUGAL.

Para a queda do regime fascista contribuíram decisivamente as lutas dos povos das colônias contra a ocupação portuguesa e a exploração colonial, que deste modo favoreceram a luta dos trabalhadores portugueses. Na base do desencadear do Movimento das Forças Armadas, estiveram a guerra colonial e a insatisfação crescente das massas populares essencialmente determinada por aquela. O desencadeamento da crise política da burguesia, dividida entre várias opções políticas para o desenvolvimento do capitalismo português e da exploração colonial, e o processo de agravamento das suas contradições, reflectiram-se no interior das Forças Armadas como lógica expressão militar do poder político das classes dominantes.

Daqui, portanto, a ambiguidade do prenunciamento militar do 25 de Abril, que se traduz no contraste existente no programa do M.F.A., por um lado entre o afirmado projecto de luta aos monopólios e de defesa das massas trabalhadoras e a cobertura de interesses capitalistas, e por outro lado o anunciado reconhecimento do direito à auto-determinação dos povos e as formas neo-coloniais que têm vindo a assumir as propostas de reformulação das relações entre Portugal e as colônias.

2. A REALIZAÇÃO DE REFERENDOS E O RECONHECIMENTO DE PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES FANTOCHES, SÃO MANOBRAS NEO-COLONIALISTAS.

O programa do M.F.A. e o conseqüente programa do Governo Provisório reconhecem aos povos das colônias o chamado direito à auto-determinação. O conceito da auto-determinação assenta no princípio, oficialmente reconhecido, dos povos escolherem livremente a estrutura político-social em que desejam viver.

Na prática, esse reconhecimento traduz-se na intenção oficial anunciada de se promoverem referendos junto desses povos, em que os movimentos de libertação surgiriam ao lado de outras organizações fantoches recém-criadas.

Alega-se para isso que a independência só poderá ser concedida se for precedida por uma "consulta popular" através de "instituições democráticas", e que, como não existem tais instituições nas colônias, não pode haver independência imediata.

Ora a independência não se consegue, conquista-se lutando, demonstrando na luta uma capacidade de emancipação de que os próprios movimentos de libertação já deram provas.

Portanto, os referendos não passam de manobras oportunistas destinadas a tentar assegurar sob novas formas de dominação portuguesa. Na sua base está uma intenção de desactivar militarmente os movimentos de libertação, de os fazer depôr as armas como ponto de partida para uma actuação política dita "legal", de os fazer aparecer como simples partidos, desprezando e pretendendo anular as vitórias político-militares alcançadas. A intenção do referendo não é a de levar ao reconhecimento do direito à independência, mas sim o tentar impedir que ela se venha a realizar.

É igualmente oportunismo neo-colonialista o reconhecer representatividade, ou aceitar como interlocutores válidos, os partidos ou outras organizações apressadamente constituídas depois do 25 de Abril sem qualquer experiência de luta popular.

3. IMPÕE-SE O RECONHECIMENTO IMEDIATO DO DIREITO À INDEPENDÊNCIA TOTAL DOS POVOS DE TODAS AS COLÔNIAS COMO CONDIÇÃO PRÉVIA PARA AS NEGOCIAÇÕES, E COMO RECUSA DE TODAS AS FORMAS NEO-COLONIALISTAS.

Deve ser pois imediato o reconhecimento do direito à independência dos povos das colônias portuguesas e a conseqüente abertura de negociações com os legítimos representantes desses povos; não para negociar a independência, mas tão só os mecanismos a ela conducentes.

Mas esse direito não pode ser reconhecido apenas às colônias onde tem existido luta armada; tem de ser extensivo a todas, e desde já a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe, onde existem movimentos de libertação que reivindicam legítimamente o direito à independência.

No entanto, o fim da dominação colonial só se pode verificar com a eliminação total do imperialismo capitalista. A descolonização apenas começa com o fim da ocupação política das colônias africanas pelos agentes estrangeiros do imperialismo internacional com a retirada das forças repressivas que têm impedido a emancipação política, económica e cultural desses povos. É por uma independência total que lutam os movimentos de libertação, como todos têm manifestado repetidamente.

A independência política é assim uma etapa indispensável para a liquidação completa do colonialismo, ao mesmo tempo que condição prévia para a construção do socialismo. A manutenção de laços políticos de independência entre Portugal e os territórios africanos, ainda que atenuados (federações, por exemplo) significaria sempre a persistência do colonialismo, sob formas neo-colonialistas.

4. IMPÕE-SE O RECONHECIMENTO IMEDIATO DO ESTADO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SUA UNIÃO COM CABO-VERDE.

O Estado da República da Guiné-Bissau é hoje um estado soberano e independente, aceite pela organização da União Africana (O.U.A.) e reconhecido por mais de 80 países do mundo inteiro, mas ocupado ainda parcialmente por um país estrangeiro.

Neste sentido, o único caminho é o termo da agressão, o regresso a Portugal de todas as forças ocupantes ali presentes, o reconhecimento imediato deste estado soberano e da sua estrutura governativa já constituída. Esta decisão vem também na linha da não ingerência nos assuntos internos dos outros países, consagrada no programa do Movimento das Forças Armadas.

Este reconhecimento deve ser extensivo ao arquipélago de Cabo Verde. Apesar de não haver operações militares por parte do PAIGC, este sempre desenvolveu aqui trabalho político no meio da mais feroz repressão, e tem recebido dos caboverdeanos um apoio cada vez mais alargado que esteve bem patente nas impressionantes manifestações populares realizadas.

5. A RETIRADA DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E A CESSAÇÃO DOS EMBARQUES DEVEM PROCESSAR-SE DE ACORDO COM AS ETAPAS ESTABELECIDAS COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.

Como consequência do reconhecimento imediato e incondicional da República da Guiné-Bissau, impõe-se a retirada de todas as forças armadas que ocupam o seu território, bem como o desarmamento das milícias negras do exército português e por estes instrumentalizadas contra o PAIGC.

A permanência parcial e temporária das forças armadas nas outras colónias - Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe - apenas poderá justificar-se de acordo com os próprios movimentos de libertação, com o eventual objectivo de garantir uma técnica de transferência de poderes e desencorajar quaisquer tentativas separatistas de minorias brancas ou ingerência de países estrangeiros.

Deste modo, enquanto a presença das forças armadas portuguesas nas colónias tiver como objectivo a luta contra os movimentos de libertação, não podem aceitar-se embarques de tropas ou de material de guerra, nem a participação em acções contra aqueles movimentos.

6. OS POVOS DA GUINÉ, CABO VERDE, ANGOLA E MOÇAMBIQUE TÊM NO PAIGC, MPLA E FRELIMO OS SEUS ÚNICOS E LEGÍTIMOS REPRESENTANTES.

Foram estes movimentos que desencadearam as lutas de libertação dos seus povos contra o domínio português e que a sustentam desde há 13 anos em Angola, 11 na Guiné e 10 em Moçambique. Só com eles se devem ajustar os mecanismos para a transferência de poderes. Em resultado das vitórias militares alcançadas conseguiram libertar zonas significativas dos respectivos territórios, com especial destaque para a Guiné onde controlam 2/3 da área total, e de Moçambique, incluindo aqui grande parte dos distritos do Niassa, Cabo Delgado, Tete, Vila Pery e Beira.

Para além das vitórias no campo militar, conseguiram uma implantação política importante no conjunto daqueles territórios, inclusivamente nos aglomerados urbanos, como o tem comprovado manifestações populares, apesar de não ter sido suprimido o aparelho repressivo colonialista.

Nas zonas libertadas, a organização social e política das populações atingiu já um estado bastante avançado, nomeadamente nos domínios da administração, da saúde, do ensino, da produção e do abastecimento, atestando a capacidade organizativa dos movimentos e do apoio popular de que dispõem. Por outro lado, os seus programas mostram uma linha bem definida de sentido socialista e popular, comprovada pela organização das relações de produção nos territórios libertados.

As relações destes movimentos com os países africanos e com as potências estrangeiras e as posições que tem assumido frente aos blocos mundiais mostram uma clara atitude de independência, mesmo em relação aos países de que têm recebido maior apoio. Esta recusa a qualquer enfeudamento é uma razão determinante para lhes ser reconhecida uma plena representatividade nacional.

O caso de Angola merece referência especial, por causa da existência dos outros movimentos de libertação activos, além do MPLA - e que foram considerados como interlocutores em declarações públicas do ministro dos Negócios Estrangeiros português. Trata-se da FLNA e da UNITA.

Em relação à FLNA, organização que saiu da União dos Povos de Angola (UPA), sérias objecções têm de ser postas, por ser um movimento de base quase exclusivamente étnica, com implantação exclusiva nos distritos do Norte de Angola,

pelo seu carácter vincadamente racista, e pela sua estreita dependência em relação ao Governo do Zaire, encabeçado por Mobuto, e pelas ligações que directa e indirectamente mantém, através deste, com o imperialismo americano. Alguns sucessos militares, o reconhecimento pela O.U.A., e a acitação que tem recebido recentemente de outros países africanos e da China, resultado dos complexos mecanismos da política internacional, não alteram os factos expostos e que restringem claramente as pretensões desta organização e representante do povo angolano.

Em relação à UNITA, bastará lembrar, por um lado a fraquíssima implantação obtida, numa zona restrita do leste de Angola, e por outro as mais que suspeitas relações desta organização com as autoridades colonialistas, para lhe retirar qualquer grau de representatividade.

Podará, no entanto, admitir-se que, em virtude da complexidade dos problemas angolanos e dos condicionalismos da política internacional - nomeadamente africana - venha a tornar-se necessária uma Frente abrangendo algumas ou todas estas organizações. Neste caso, porém, só o MPLA, estaria em condições de encabeçar e dirigir esta Frente, por forma a que esta pudesse adquirir uma autêntica representatividade nacional.

7. OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NÃO SÃO RACISTAS NEM LUTAM CONTRA O POVO PORTUGUÊS.

Os movimentos de libertação apontados não são movimentos racistas. A luta que se trava nas colónias não é uma luta entre brancos e negros. É sim uma luta entre exploradores e explorados, entre colonizadores e colonizados. O que acontece é que os exploradores e colonizadores são na generalidade brancos, enquanto os explorados na sua maioria são negros.

Assim, os movimentos de libertação sempre têm distinguido dois tipos de brancos: os que vivem e enriquecem à custa da exploração e das riquezas dos povos das colónias e aqueles que vivem do seu trabalho. Por isso defendem que nas sociedades que estão a construir há lugar para todos os que, submetendo-se às leis dos novos países, vivam do seu trabalho e não da exploração do trabalho dos outros, sem distinção de cor ou raça.

Tanto assim é, que há elementos brancos e mestiços que lutam nas fileiras do PAIGC, MPLA e FRELIMO, ao mesmo tempo que certos negros apoiam os colonialistas.

Quanto aos exploradores e opressores, esses ver-se-ão naturalmente forçados a partir, ou então a abandonar as suas práticas de exploração e de dominação.

Da mesma forma, os movimentos de libertação têm afirmado, desde sempre, que a sua luta não é contra o povo português, mas sim contra os colonialistas que os exploram.

8. A LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DAS COLÓNIAS IRMANA-SE COM A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

A luta dos povos das colónias tem o mesmo objectivo final que a luta dos trabalhadores portugueses contra a exploração capitalista.

O colonialismo não é apenas português, mas uma expressão do imperialismo, à escala internacional. A sua liquidação é portanto tarefa longa que importa prosseguir por etapas, articulando os objectivos imediatos com os objectivos últimos.

A fase actual dos povos das colónias está centrada na conquista da independência e na construção nacional, e não já, imediatamente, na supressão total das formas capitalistas de produção. Nesta fase da edificação do todo nacional há que admitir ainda a co-existência destas formas com novas formas não capitalistas. É para a consecução deste primeiro objectivo imediato que se deve orientar o apoio dos trabalhadores portugueses aos povos das colónias, combatendo as tentativas neo-coloniais de permanência da exploração capitalista. Nesta perspectiva, tratando-se de uma e mesma luta, devem combater-se todas as tentativas neo-coloniais de persistência de dominação portuguesa, tanto no plano político como no plano económico.

Numa fase seguinte, depois de alcançada a independência política, a luta comum dos trabalhadores portugueses e africanos revelar-se-á mais coincidente, visando a sua total libertação cultural, económica e política do capitalismo imperialista.

14 de Junho de 1974

GRUPO DE INTERVENÇÃO ANTI-COLONIAL DO M.E.S.